

# Constituição pela justiça social

TEXTO DE ROBERTO UAENE • FOTOS DE NAÍTA USSENE E JAIME MACAMO



O Presidente Joaquim Chissano apresentando o Anteprojecto da Revisão da Constituição

As liberdades e os direitos fundamentais que o anteprojecto da Constituição consagra são conquista do povo na sua luta pela construção de uma sociedade de justiça social onde a igualdade dos cidadãos e o imperativo da lei são os pilares da democracia.

O anteprojecto de Revisão da Constituição apresentado pelo Presidente Joaquim Chissano no comício do dia 9 de Janeiro introduz entre muitas novidades a eleição do Presidente da República por sufrágio universal. Nos princípios fundamentais diz-se que o povo exerce o poder político através do sufrágio universal periódico para escolher os seus representantes, através do referendo e pela parti-

# VIVA O PARTIDO FRELIMO

## PARTIDO DE TODO O POVO



O Povo vai decidir se se deve criar ou não mais Partidos

cipação democrática permanente dos cidadãos na vida da Nação.

A preservação do meio-ambiente também é consagrada no anteprojecto da Constituição através da promoção pelo Estado, do conhecimento, da investigação e da valorização dos recursos naturais, garantindo o equilíbrio ecológico, a conservação e preservação do meio-ambiente.

No capítulo dos direitos, deveres, liberdades e garantias, o anteprojecto reconhece a todos os cidadãos o direito à vida numa clara atitude de revogação da pena capital. E mais, todo o cidadão tem direito à integridade física e não pode ser sujeito a torturas ou tratamentos cruéis ou desumanos, além do direito à honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da sua imagem pública e reserva da sua vida privada entre outros.

A liberdade de opinião, de reunião e de associação é reconhecida salvo nos casos em que tal ponha em causa a ordem pública, os direitos, liberdades e garantias individuais ou implique o uso de força. Nos casos em que o cidadão esteja perante actos que violem os seus direitos consagrados na Constituição, pode recorrer aos tribunais para a sua reposição.

Na perspectiva de tornar Moçambique num Estado de Direito, o anteprojecto abre espaço para que o cidadão, apresente petições, queixas e reclamações perante qualquer autoridade para exigir o restabelecimento dos seus direitos violados.

### RESPONSABILIDADES DO ESTADO

No comício, realizado no dia 9 do corrente, o Presidente Joaquim

Chissano disse que o Estado é responsável pelos danos causados por actos ilegais dos seus agentes no exercício das suas funções, sem prejuízo do direito de regresso nos termos da Lei. Detalhando esta questão, o Presidente Joaquim Chissano disse que o cidadão pode exigir que o Estado o indemnize por danos causados pelos agentes — polícia ou tribunal — em casos de condenação injusta.

O leque de direitos e liberdades para os cidadãos é vasto sendo-lhe reconhecida a liberdade de praticar ou não uma religião. A este propósito, o Chefe do Estado disse que os cidadãos têm que ter a liberdade de possuir todos os bens necessários para o culto, desde a construção de igrejas e a aquisição de terços, rosários, alcorões e bíblias.

O direito à propriedade também



Todos os cidadãos são iguais perante a Lei

é consagrado no anteprojecto da Constituição que adianta que a expropriação só pode ter lugar por causa da necessidade de utilidade ou interesse público definidos nos termos da lei o que dará lugar à justa indemnização. O Estado garante e reconhece também o direito à herança, e à livre escolha da profissão.

Todo o cidadão é livre e tem direito de criação científica, técnica e artística e o Estado protege os direitos inerentes à propriedade intelectual incluindo os direitos do autor.

#### ELEIÇÃO DO PRESIDENTE

Segundo o anteprojecto de Revisão da Constituição, o Presidente da República é eleito por sufrágio universal directo, secreto e pessoal. Ela define que só podem

ser candidatos cidadãos com idade compreendida entre os quarenta e 65 anos, no pleno gozo dos seus direitos desde que propostos por um mínimo de cinco mil eleitores, dos quais obrigatoriamente duzentos residentes em cada província.

Entre as muitas competências no exercício das suas funções, o Presidente da República tem a da realização de referendos para alteração da Constituição ou sobre outras questões de interesse fundamental da Nação.

No anteprojecto, a iniciativa legislativa pertence à Assembleia Popular, competindo todavia ao Presidente da República promulgar e mandar publicar leis no Boletim da República.

Durante o comício, o Presidente Joaquim Chissano deixou claro que durante o debate, o povo decidirá se se poderá criar ou não mais

partidos. Ao abordar esta questão, o Chefe do Estado chamou a atenção para o facto de o pluripartidarismo não ser exactamente sinónimo de democracia. De mais a mais, é preciso olhar atentamente para as condições actuais do nosso país em que a ideia da Nação é ainda um projecto.

É que se não se atentar nesta questão, o pluripartidarismo pode induzir à divisão, fazendo perigar deste modo a unidade nacional, o que seria anticonstitucional. Na sua alocução, o Presidente Joaquim Chissano apresentou as vantagens e desvantagens tanto do pluri como do monopartidarismo. Deixou contudo à apreciação popular a decisão final e chamou a atenção de que a análise deve ser feita no contexto africano onde o nosso país se insere.

□